

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 05.

#### **A real sobre os testes de QI**

Eles funcionam, mas não da maneira que você imagina. Entenda os trunfos e as limitações dos testes cognitivos – e o que, afinal, significa ser superdotado

A sigla “QI” (de “quociente de inteligência”) faz parte da cultura popular – geralmente, entendida como sinônimo de genialidade. Mas a história não é tão simples. Para entender o que o teste de QI mede de fato, é preciso conhecer a evolução do próprio conceito de inteligência, e quais estratégias a ciência já usou para avaliar a cognição humana.

A palavra “inteligência” vem do latim *intelligentia*, derivada do verbo *intelligere*, que significa “compreender”, “perceber” ou “discernir”. Durante séculos, o termo foi usado na filosofia e no senso comum para se referir, de forma ampla, à capacidade humana de entender o mundo, raciocinar e tomar decisões.

A partir da década de 1940, outros pesquisadores começaram a propor respostas mais complexas. O psicólogo Raymond Cattell sugeriu que ela poderia ser dividida em dois grandes tipos: A inteligência fluida, relacionada à capacidade de raciocinar diante de situações novas e resolver problemas inéditos, e a inteligência cristalizada, que corresponde ao conhecimento acumulado ao longo da vida.

Aqui vai um exemplo: na escola você aprendeu sobre guerras passadas, que hoje fazem parte da sua inteligência cristalizada. Agora, vamos supor (rs) que você esteja vivendo em um momento de tensão geopolítica. Você identifica características em comum a outros contextos históricos, e pode usar a inteligência fluida para traçar paralelos entre o presente e o passado.

Alguns estudos sugerem que o intenso processamento cognitivo, típico dos superdotados, costuma vir acompanhado de uma intensidade emocional igualmente forte. Erros simples podem provocar frustração desproporcional. Mesmo quando acertam quase tudo, ficam presos às falhas e ao que não conseguiram resolver.

O problema do QI não está em encontrar maneiras científicas de definir e mensurar a inteligência humana. E sim em como interpretar os resultados. Os testes de cognição são ferramentas que podem ser usadas para identificar e acolher pessoas neurodivergentes – mas também para fabricar um falso senso de superioridade. Use-os com sabedoria.

Leia mais em: <https://super.abril.com.br/ciencia/a-real-sobre-os-testes-de-qi/>, acessado em 10 de abril de 2026 (com adaptações)

### **QUESTÃO 01**

No trecho: “Eles funcionam, mas não da maneira que você imagina”, o conectivo “mas” estabelece uma relação de:

- a) Causa e consequência, pois indica que o funcionamento dos testes decorre da forma como são interpretados.
- b) Oposição entre duas proposições, tendo em vista que contrapõe o funcionamento dos testes à expectativa do leitor.
- c) Adição de ideias complementares, uma vez que acrescenta uma informação ao enunciado inalterando seu sentido principal.
- d) Explicação do argumento anterior, já que esclarece o modo como os testes funcionam.

### **QUESTÃO 02**

No desenvolvimento do texto, a distinção entre “inteligência fluida” e “inteligência cristalizada” cumpre a função de:

- a) Organizar e esclarecer o conceito de inteligência por meio de uma classificação teórica, contribuindo para o desenvolvimento da argumentação do texto.
- b) Contrapor a tese central do texto, ao sugerir que a inteligência pode ser compreendida além de termos científicos, como habilidades inatas do ser humano.
- c) Introduzir uma sequência narrativa histórica, centrada na evolução cronológica das concepções de inteligência ao longo do tempo.
- d) Apresentar evidências quantitativas que comprovam empiricamente a superioridade de um tipo de inteligência sobre o outro.

### **QUESTÃO 03**

A coesão e a coerência textuais, no trecho “Aqui vai um exemplo:”, são construídas por meio de:

- a) Conectivo conclusivo, pois sinaliza o encerramento do raciocínio desenvolvido a partir das conclusões constituídas historicamente sobre a definição de inteligências.
- b) Retomada anafórica do termo “inteligência”, uma vez que recupera diretamente esse elemento já mencionado anteriormente no texto, a fim de evitar repetições.
- c) Elipse de termos compostos, como “inteligência fluida” e “inteligência cristalizada”, já que omite esses termos previamente mencionados no período anterior.
- d) Operador discursivo de exemplificação, tendo em vista que introduz uma situação concreta para esclarecer a explicação dos tipos de inteligência.

#### **QUESTÃO 04**

A presença de “(rs)” no texto caracteriza:

- a) Uso arbitrário em textos científicos contemporâneos, ainda assim validando a padronização da linguagem acadêmica atual voltada a especialistas da área de psicologia e ciências humanas.
- b) Efeito de informalidade e aproximação com o leitor, sinalizando uma quebra pontual do tom expositivo por meio de um recurso típico da oralidade.
- c) Adequação ao gênero informativo, a fim de manter a objetividade e a impessoalidade esperadas em textos dessa natureza.
- d) Erro gramatical típico da oralidade, considerando transposição inadequada da língua falada para a escrita formal.

#### **QUESTÃO 05**

Em qual fragmento houve inadequação quanto ao uso de crase em relação à norma-padrão?

- a) “A partir da década de 1940, outros pesquisadores começaram à propor respostas mais complexas”.
- b) “A inteligência fluida, relacionada à capacidade de raciocinar diante de situações novas e resolver problemas inéditos”.
- c) “Durante séculos, o termo foi usado na filosofia e no senso comum para se referir, de forma ampla, à capacidade humana de entender o mundo, raciocinar e tomar decisões”.
- d) “Mesmo quando acertam quase tudo, ficam presos às falhas e ao que não conseguiram resolver”.

#### **QUESTÃO 06**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, o servidor de uma universidade federal, ao produzir uma comunicação oficial, deve observar que:

- a) A inclusão de uma linha reta, acima do nome do servidor que assina a comunicação oficial, é obrigatória.
- b) O desfecho “Respeitosamente” deve ser usado para autoridades de mesma hierarquia, de hierarquia inferior ou demais casos.
- c) O nome do cargo ocupado pelo servidor, emissor da comunicação oficial, deve ser grafado em letras maiúsculas, uma linha abaixo do nome completo desse servidor.
- d) Digníssimo (D.D.) ou Ilustríssimo (Ilmo) devem ser usados para destinatários ocupantes de altos cargos no Poder Executivo, tais como: Ministros, Generais e Prefeitos.

### **QUESTÃO 07**

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República (2018, p. 20), a “impessoalidade decorre de princípio constitucional (Constituição, art. 37) [...]. A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos.”

Observando esse princípio, o tratamento impessoal, nas comunicações oficiais, decorre:

- a) Da impessoalidade de quem recebe a comunicação: ela pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como público, ou a uma instituição privada, a outro órgão ou a outra entidade pública. Em todos os casos, temos um destinatário concebido de forma heterogênea e impessoal.
- b) Do estilo de escrita do emissor que produz a comunicação oficial: a comunicação deve garantir a identificação do setor e, principalmente, de quem produziu o texto oficial.
- c) Da ausência de impressões individuais de quem comunica: embora se trate, por exemplo, de um expediente assinado por Chefe de determinada Seção, a comunicação é sempre feita em nome do serviço público, permitindo, porém, que comunicações elaboradas em diferentes setores da administração pública sejam parcialmente padronizadas.
- d) Do caráter impessoal do próprio assunto tratado: se o universo temático das comunicações oficiais se restringe a questões que dizem respeito ao interesse público, é natural não caber qualquer tom particular ou pessoal.

### **QUESTÃO 08**

O Decreto nº 9.758/2019 vedou o uso de algumas formas de tratamento na comunicação com agentes públicos federais, ainda que abreviadas. Está excluída dessa vedação o uso de

- a) “senhor” ou “senhora”, independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo ou da função ou da ocasião.
- b) “Vossa Magnificência” para se dirigir ao reitor de uma universidade pública.
- c) “Vossa Senhoria” para se dirigir a diretores de unidades acadêmicas ou pró-reitores.
- d) “doutor” para se dirigir a professores de universidades públicas que possuam o título de doutorado.

**QUESTÃO 09**

Ao produzir uma comunicação oficial, no que se refere ao local e à data do documento, utilizou-se corretamente qual opção?

- a) I - composição: local e data do documento;  
II - informação de local: nome da cidade onde foi expedido o documento, seguido de vírgula. Não se deve utilizar a sigla da unidade da federação depois do nome da cidade;  
III - dia do mês: em numeração cardinal para qualquer dia do mês. Não se deve utilizar zero à esquerda do número que indica o dia do mês;  
IV - nome do mês: deve ser escrito com inicial minúscula;  
V - pontuação: não se coloca ponto-final depois da data.
- b) I - composição: local e data do documento;  
II - informação de local: nome da cidade onde foi expedido o documento, seguido de vírgula. Deve-se utilizar a sigla da unidade da federação depois do nome da cidade;  
III - dia do mês: em numeração ordinal se for o primeiro dia do mês e em numeração cardinal para os demais dias do mês. É opcional utilizar zero à esquerda do número que indica o dia do mês;  
IV - nome do mês: deve ser escrito com inicial maiúscula;  
V - pontuação: coloca-se ponto-final depois da data.
- c) I - composição: local e data do documento;  
II - informação de local: nome da cidade onde foi expedido o documento, seguido de vírgula. Não se deve utilizar a sigla da unidade da federação depois do nome da cidade;  
III - dia do mês: em numeração ordinal se for o primeiro dia do mês e em numeração cardinal para os demais dias do mês. É obrigatório utilizar zero à esquerda do número que indica o dia do mês;  
IV - nome do mês: deve ser escrito com inicial maiúscula;  
V - pontuação: coloca-se ponto-final depois da data.
- d) I - composição: local e data do documento;  
II - informação de local: nome da cidade onde foi expedido o documento, seguido de vírgula. Não se deve utilizar a sigla da unidade da federação depois do nome da cidade;  
III - dia do mês: em numeração ordinal se for o primeiro dia do mês e em numeração cardinal para os demais dias do mês. Não se deve utilizar zero à esquerda do número que indica o dia do mês;  
IV - nome do mês: deve ser escrito com inicial minúscula;  
V - pontuação: coloca-se ponto-final depois da data.

**QUESTÃO 10**

Em relação ao Decreto nº 9.758/2019, as universidades federais:

- a) Podem optar por não segui-lo considerando que a Constituição Federal garantiu autonomia a elas.
- b) Devem elaborar o próprio manual de redação escolhendo as regras que mais agradam a elas.
- c) Devem observar as vedações e aplicações constantes no decreto.
- d) Podem negar a realização de ato administrativo ou admoestar o interlocutor nos autos do expediente caso haja erro na forma de tratamento empregada.

## **LEGISLAÇÃO**

### **QUESTÃO 11**

Beltrano, servidor público federal há um ano, em estágio probatório e atualmente de licença para tratamento da própria saúde por quinze dias, procurou a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas para saber se poderia sair de licença para tratar de assuntos particulares.

Sobre o caso hipotético e considerando a Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma em:

- a) Beltrano não pode sair de licença para tratar de assuntos particulares, pois está em estágio probatório.
- b) Beltrano pode sair de licença para tratar de assuntos particulares por seis anos consecutivos, independente de estar em estágio probatório.
- c) Beltrano pode sair de licença para tratar de assuntos particulares por três anos consecutivos, independente de estar em estágio probatório.
- d) Beltrano pode sair de licença para tratar de assuntos particulares por três anos consecutivos, prorrogáveis por mais seis anos, independente de estar em estágio probatório.

### **QUESTÃO 12**

João, servidor público federal, respondeu a um processo por desvio ético. No final da apuração, ele recebeu a penalidade de censura ética.

Sabendo disso, marque a opção em que **NÃO** constam os deveres éticos fundamentais do servidor público, segundo o Decreto nº 1.171/1994:

- a) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- b) Ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- c) Cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.
- d) Guardar sigilo sobre assunto da repartição, fiscalizando, porém, atos ou serviços por quem de direito.

### **QUESTÃO 13**

Sicrano, servidor público federal, ocupante do cargo de assistente em administração da UNIFAL-MG, terá progressão por mérito, segundo a Lei nº 11.091/2005:

- a) A cada 12 meses, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.
- b) A cada 18 meses, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.
- c) A cada 24 meses, sem avaliação de desempenho.
- d) A cada 36 meses, sem avaliação de desempenho.

### **QUESTÃO 14**

Joana, servidora pública federal, teve uma decisão contrária do seu requerimento. Sabendo que tem direito de apresentar recurso, conforme a Lei nº 9.784/1999, ela redigiu o recurso à autoridade competente.

Qual é o prazo para a autoridade competente reconsiderar o recurso?

- a) 30 dias.
- b) 15 dias.
- c) 10 dias.
- d) 5 dias.

### **QUESTÃO 15**

João, servidor ocupante do cargo de técnico de laboratório na UNIFAL-MG, ingressou no cargo utilizando o certificado de conclusão de curso médio profissionalizante e cursou Doutorado.

Qual é o percentual de incentivo à qualificação para técnico de nível médio que faz Doutorado?

- a) 52%.
- b) 70%.
- c) 75%.
- d) 65%.

## NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA

### QUESTÃO 16

Você trabalha na Diretoria de Processos Seletivos (DIPS) e está utilizando o **LibreOffice Calc 25.8.6** (versão em português) em um computador com **Windows 10** para organizar o resultado de um concurso. A sua planilha eletrônica possui apenas os dados dos cem (100) candidatos, sem o cabeçalho e distribuídos da seguinte forma:

- **Coluna A:** Número de inscrição.
- **Coluna B:** Nota na prova.

Para gerar o relatório final, você precisa realizar duas operações:

1. **Ordenar** a lista de candidatos da maior para a menor nota, garantindo que o número de inscrição acompanhe a respectiva nota durante o processo.
2. Inserir na célula **C1** uma fórmula que calcule automaticamente a **média aritmética** de todas as notas presentes no intervalo de **B1 até B100**.

Assinale a alternativa que descreve, respectivamente, os procedimentos corretos para realizar essas tarefas:

- a) 1. Selecionar o intervalo de A a B, acessar o menu **Dados > Ordenar**, escolher a "Coluna B" como chave de ordenação e marcar a opção "Decrescente"; 2. Na célula C1, digitar a fórmula =MÉDIA(B1:B100).
- b) 1. Selecionar apenas a coluna B e clicar no botão **Classificar em Ordem Crescente** na barra de ferramentas; 2. Na célula C1, digitar a fórmula =MED(B1:B100).
- c) 1. Selecionar o intervalo de A a B e acessar o menu **Formatar > Colunas > Ordenar por Nota**; 2. Na célula C1, acessar o menu **Inserir > Função** e escolher a opção CALC.MED(B1;B100).
- d) 1. Selecionar a coluna A, acessar o menu **Dados > Agrupar** e definir a Coluna B como critério de prioridade; 2. Na célula C1, digitar a fórmula =SOMA(B1:B100)/100 para obter o valor central.

### QUESTÃO 17

Roberto, assistente administrativo da Pró-Reitoria da Administração e Finanças, recebeu um e-mail em sua conta institucional que parece ser de uma instituição bancária. A mensagem afirma, em tom de urgência, que ele deve clicar em um link para realizar um recadastramento obrigatório, sob pena de bloqueio da conta.

De acordo com as orientações de prevenção contra **Phishing** contidas na **Cartilha de Segurança para Internet (CERT.br)**, qual deve ser a atitude de Roberto?

- a) Clicar no link imediatamente para evitar o bloqueio, desde que o site aberto apresente o símbolo de um cadeado na barra de endereços, o que indica com certeza que o endereço é confiável.
- b) Responder ao e-mail para validar a confiabilidade e necessidade do pedido antes de fornecer qualquer dado, pois o remetente pode ser um conhecido de outro setor.
- c) Encaminhar o e-mail para todos os colegas do setor a fim de alertá-los preventivamente sobre a necessidade do recadastramento institucional, garantindo assim que nenhum servidor perca o prazo estipulado e sofra o bloqueio dos serviços.
- d) Acessar, por meios próprios, a página da instituição bancária que supostamente enviou a mensagem para procurar por informações, verificando a veracidade antes de realizar qualquer recadastramento.

### QUESTÃO 18

Você está utilizando o navegador **Google Chrome** no **Windows 10**, para acessar a página de login do sistema interno da instituição, onde deverá inserir seu usuário e senha pessoal. Antes de digitar suas credenciais, você observa, na barra de endereços, a presença de um ícone de **cadeado fechado** e o prefixo **https://** na URL do endereço da página de login.

Considerando as boas práticas de segurança, por que é importante que uma página de login apresente esses elementos?

- a) Porque o cadeado indica que o site é oficial e que não existem outros sites falsos na internet tentando se passar por ele.
- b) Porque o ícone garante que o computador do usuário está protegido contra todos os tipos de vírus, permitindo clicar em qualquer link da página com segurança.
- c) Porque o navegador avisa que o Windows 10 bloqueou permanentemente a entrada de propagandas e janelas do tipo *pop-up* naquela página específica.
- d) Porque os dados trafegados entre o seu computador e o servidor do site são criptografados, o que impede que sua senha seja interceptada e lida diretamente por terceiros enquanto viaja pela rede.

### QUESTÃO 19

Arnaldo, utilizando o sistema operacional **Windows 10** abriu um arquivo de texto simples chamado dados.txt no aplicativo **Bloco de Notas**. Ele selecionou todo o conteúdo, copiou e o colou em um documento em branco no editor de texto **LibreOffice Writer 25.8.6**. Para adequar o texto aos padrões da unidade administrativa em que ele é lotado e fazer ajustes no texto, ele deve realizar, sequencialmente, as seguintes operações:

1. Aplicar o alinhamento **Justificado** em todo o corpo do texto.
2. Substituir todas as ocorrências do nome "**Marina Silveira**" pelo nome "**Maria Ferreira**".

Assinale a alternativa que descreve corretamente o caminho dos menus ou botões para realizar essas ações no LibreOffice Writer (versão em português):

- a) 1. Clicar com o botão direito sobre o texto e escolher a opção **Parágrafo > Justificado**; 2. Acessar o menu **Inserir > Seção**, clicar na guia **Colunas**, selecionar a quantidade de 2 colunas e, no campo de **Opções de Localização**, inserir o nome "Marina Silveira" para que o sistema processe a substituição automática por "Maria Ferreira" em todo o documento após clicar no botão **Inserir**.
- b) 1. Selecionar o texto e clicar no botão **Justificar** na barra de ferramentas Formatação; 2. Acessar o menu **Editar > Localizar e substituir**, digitar "Marina Silveira" no campo **Localizar**, "Maria Ferreira" no campo **Substituir** e clicar em **Substituir todos**.
- c) 1. Selecionar o texto e acessar o menu **Exibir > Alinhamento > Justificar**; 2. Acessar o menu **Ferramentas > Autocorreção**, inserir "Marina Silveira" e "Maria Ferreira" nos campos de substituição e clicar em **Ok**.
- d) 1. Selecionar o texto e clicar no botão **Alinhamento** na barra de ferramentas; 2. Acessar o menu **Arquivo > Propriedades**, localizar o campo de metadados, digitar o nome correto e clicar em **Salvar**.

### QUESTÃO 20

Aline, servidora no Departamento de Registros Gerais e Acadêmicos (DRGCA), precisa enviar um formulário institucional para um grupo de 30 alunos. Para preservar a privacidade dos estudantes, ela não quer que nenhum aluno consiga visualizar o endereço eletrônico dos demais colegas da lista. Entretanto, Aline deseja que todos os destinatários saibam que o endereço oficial do departamento (drgca@unifal-mg.edu.br) também recebeu a mensagem. Além disso, ela precisa garantir que, se um aluno utilizar a função "Responder a todos" e sem digitar mais nenhum endereço, a resposta seja enviada apenas para ela (remetente) e para o endereço do DRGCA, sem expor os outros alunos.

Para atender a todos esses requisitos no Google Gmail, Aline deve inserir os endereços da seguinte forma:

- a) No campo **Para**, o endereço drgca@unifal-mg.edu.br e, no campo **Cco**, os endereços dos 30 alunos.
- b) No campo **Para**, todos os endereços (alunos e DRGCA), ativando a opção "Ocultar lista de contatos" nas configurações de envio.
- c) No campo **Cco**, o endereço drgca@unifal-mg.edu.br e, no campo **Cc**, os endereços dos 30 alunos.
- d) No campo **Cc**, o endereço drgca@unifal-mg.edu.br e, no campo **Para**, os endereços dos 30 alunos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 21

Segundo Giacomoni (2012), “a descentralização de crédito caracteriza-se pela cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou unidades gestoras”. Em termos conceituais, a LDO de 2026 (Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025), em seu artigo 5º, inciso VIII, define o nome da Unidade recebedora de créditos orçamentários por descentralização.

Qual das opções a seguir é o nome correto?

- a) Unidade Gestora.
- b) Unidade Orçamentária.
- c) Unidade Descentralizada.
- d) Unidade Descentralizadora.

### QUESTÃO 22

De acordo com Giacomoni (2012, p. 227), “a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal”. A Lei ainda disciplina temas como equilíbrio entre receitas e despesas; metas fiscais e riscos fiscais. Na LDO de 2026 (Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025), em seu artigo 2º, apresenta como meta fiscal para o exercício de 2026:

- a) Possibilidade de déficit primário quando considerados os limites inferiores.
- b) Delegação da matéria para definição na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- c) Superávit primário no centro da meta.
- d) Déficit Primário.

### QUESTÃO 23

Na literatura orçamentária, autores como Albuquerque et. al. (2008, p. 195) e Giacomoni (2012, p. 22) citam as **funções** do orçamento público na economia. As funções apresentadas são as seguintes:

- a) Função política, administrativa e financeira.
- b) Função alocativa, distributiva e estabilizadora.
- c) Função estabilizadora, administrativa, financeira e burocrática.
- d) Função de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

#### **QUESTÃO 24**

Analise a situação a seguir.

Em uma situação hipotética de compra de um equipamento pela Administração Pública, na qual a licitação já foi realizada e homologada em 2025, o objeto da licitação já foi empenhado para o fornecedor que venceu a licitação também em 2025; entretanto, ainda dentro do prazo legal para entrega, encerrou-se o exercício financeiro no qual foi realizado o empenho e iniciou-se o exercício financeiro de 2026.

Nesse caso, observando a Lei de Finanças (Lei nº 4320/1964, art. 36), qual alternativa se aplica para o pagamento do equipamento após a sua entrega no exercício de 2026, caso o fornecedor cumpra todos os requisitos para entrega do equipamento?

- a) Pagamento por meio de restos a pagar inscritos processados.
- b) Pagamento por meio de restos a pagar inscritos não processados.
- c) Pagamento por meio de novo empenho como despesas de exercícios anteriores.
- d) Não será possível o pagamento por não ter sido entregue o equipamento no exercício correspondente à nota de empenho, devido ao princípio da anualidade orçamentária.

#### **QUESTÃO 25**

O orçamento público possui diversos princípios consagrados na legislação (Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Finanças) e também na literatura. De acordo com Giacomoni (2012), o orçamento público deve ser elaborado para um período determinado, geralmente um ano.

Essa afirmação está se referindo a qual princípio orçamentário?

- a) Princípio do orçamento bruto.
- b) Princípio da universalidade.
- c) Princípio da anualidade.
- d) Princípio da unidade.

#### **QUESTÃO 26**

O planejamento no Brasil, no que se refere à matéria orçamentária, está previsto no artigo 165, da Constituição Federal. Dentre os dispositivos previstos, consta a necessidade de estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

As características acima apresentadas se referem a qual instrumento de planejamento orçamentário?

- a) Plano Plurianual.
- b) Lei Orçamentária Anual.
- c) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### **QUESTÃO 27**

Considerando as etapas de execução da despesa pública, sem prejuízo de outras etapas mencionadas na literatura, qual é a sequência correta de acordo com a legislação vigente?

- a) Processo licitatório, previsão orçamentária, assinatura do contrato, emissão da nota de empenho, entrega do bem ou serviço, liquidação da despesa, pagamento.
- b) Previsão orçamentária, processo licitatório, assinatura do contrato, emissão da nota de empenho, entrega do bem ou serviço, liquidação da despesa, pagamento.
- c) Previsão orçamentária, processo licitatório, emissão da nota de empenho, assinatura do contrato, liquidação da despesa, pagamento, entrega do bem ou serviço.
- d) Previsão orçamentária, processo licitatório, emissão da nota de empenho, assinatura do contrato, entrega de bem ou serviço, liquidação da despesa, pagamento.

### **QUESTÃO 28**

Qual alternativa está em desacordo com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)?

- a) A LRF se aplica à União, aos Estados e ao Distrito Federal, devendo os municípios seguirem suas próprias Leis Orgânicas.
- b) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 50% da receita corrente líquida, no caso da União.
- c) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 60% da receita corrente líquida, no caso dos Estados.
- d) O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

### **QUESTÃO 29**

No caso da esfera federal de governo, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deve ser encaminhado pelo Poder Executivo para apreciação legislativa em qual momento?

- a) No início da sessão legislativa.
- b) Até 31 de julho do ano anterior à vigência da lei.
- c) Até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.
- d) Até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro.

### **QUESTÃO 30**

Segundo o princípio da Unidade, o orçamento público deve ser uno, isto é, cada unidade governamental deve possuir apenas um orçamento. Dentro dessa Unidade, a Constituição Federal, em seu artigo 165, § 5º, cita que a Lei Orçamentária Anual de iniciativa do Poder Executivo, compreenderá:

- a) O orçamento fiscal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em um único orçamento.
- b) O orçamento fiscal dos poderes da União, da administração direta e indireta e seus fundos e fundações; o orçamento de investimento das empresas estatais da União que detenha a maioria do capital social; e o orçamento da seguridade social abrangendo todas as entidades e órgãos vinculados a ela.
- c) O orçamento do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União, elaborados pelo Poder Executivo.
- d) O orçamento fiscal dos poderes da União, da administração direta e indireta e seus fundos e fundações; o orçamento de investimento das empresas estatais da União que detenha a maioria do capital social; e o orçamento das instituições paraestatais.

### **QUESTÃO 31**

Francisca, responsável em manter registro e controle do patrimônio de sua unidade, foi questionada sobre a possibilidade do conserto de um microscópio digital, que está sem condições de uso, utilizado em projetos de pesquisa na Universidade Federal de Alfenas, em que exerce suas atribuições. Francisca verificou que o custo do conserto seria de 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado de um microscópio novo.

Tomando por base apenas o critério de custo da recuperação em relação ao valor de mercado do equipamento, em conformidade com Decreto nº 12.785/2025, Francisca deverá manifestar que:

- a) O bem é insanável, pois o valor do conserto ultrapassou o limite permitido.
- b) O bem é recuperável, pois o valor do conserto está dentro do limite permitido.
- c) O bem é irrecuperável, pois o valor do conserto ultrapassou o limite permitido.
- d) O bem é reparável, ainda que o valor do conserto tenha ultrapassado o limite permitido.

### QUESTÃO 32

De acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (Brasil, 2024), o meio ambiente limpo, saudável e sustentável, é um direito fundamental do homem, que se associa à própria dignidade da pessoa. As intervenções no ambiente devem atender ao princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável sob os aspectos ecológico, econômico e social.

O desenvolvimento nacional sustentável é um princípio expresso na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (14.133/2021) que deve ser observado na aplicação da norma. Diante disso, os gestores devem considerar os aspectos de sustentabilidade em todo o ciclo da contratação pública. Ao consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 7ª edição, da Advocacia-Geral da União (AGU), observa-se o ciclo de uma contratação pública sustentável:



Fonte: BRASIL. Advocacia-Geral da União. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 7. ed. Brasília: AGU, 2024. p. 19. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>. (adaptado).

Diante da figura acima, qual é a ordem do ciclo de uma contratação pública sustentável observada no referido Guia?

- a) 1. Planejamento, 2. Edital, 3. Execução, 4. Gestão resíduos.
- b) 1. Edital, 2. Termo de referência, 3. Contratação, 4. Logística reversa.
- c) 1. Estudo técnico preliminar, 2. Termo de referência, 3. Edital, 4. Contrato.
- d) 1. Plano de Gestão de Logística Sustentável, 2. Contratação, 3. Entrega, 4. Descarte resíduos.

### **QUESTÃO 33**

Pedro recebeu, no exercício de suas atribuições, um processo para realizar a primeira repactuação de custos decorrentes do mercado de um contrato administrativo de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Pedro observou que a contratada apresentou sua proposta em 05/02/2025 na licitação que originou o contrato celebrado, que a adjudicação ocorreu em 06/03/2025, que a homologação da licitação ocorreu em 20/03/2025 e que o contrato foi celebrado em 01/04/2025.

Diante dessas informações e de acordo com os preceitos da Lei nº 14.133/2021, qual será a data considerada para a repactuação do contrato recebido por Pedro?

- a) 05/02/2025.
- b) 06/03/2025.
- c) 20/03/2025.
- d) 01/04/2025.

### **QUESTÃO 34**

Maria foi designada para realizar uma pesquisa de preços para aquisição de calculadora científica para aulas práticas do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, da Universidade Federal de Alfenas – Câmpus Varginha (MG). Maria observou a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 e certificou-se de que, caso seja necessário utilizar o parâmetro de pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores mediante solicitação formal de cotação por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores, os orçamentos obtidos poderão ser utilizados aliados a qual outra condição?

- a) Que não tenham sido obtidos com mais de 1 (um) ano de antecedência da data de divulgação do edital.
- b) Que não tenham sido obtidos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.
- c) Que não tenham sido obtidos com mais de 30 (trinta) dias de antecedência da data de divulgação do edital.
- d) Que não tenham sido obtidos com mais de 90 (noventa) dias de antecedência da data de divulgação do edital.

### QUESTÃO 35

De acordo com Carvalho Filho (2026, p. 154), “a natureza jurídica da relação contratual no contrato administrativo apresenta, como não poderia deixar de ser, alguns aspectos específicos em comparação aos contratos em geral.”. Diante dessa premissa, qual aspecto tratado pelo autor indica que o direito privado incide subsidiariamente na relação contratual no contrato administrativo?

- a) Formalismo.
- b) Bilateralidade.
- c) *Intuitu personae*.
- d) Núcleo básico de direito público.

### QUESTÃO 36

No bojo da Lei nº 14.133/2021, são previstos diversos princípios que devem ser observados na aplicação da norma. Carvalho Filho (2026) comenta sobre o grau de proximidade existente entre os princípios da eficiência, eficácia e economicidade abordados na referida lei.

Não obstante, cada princípio possui sua peculiaridade.

De acordo com o citado doutrinador, o princípio da eficiência:

- a) Traduz a necessidade de a Administração aprofundar-se no modo de atuar (*modus faciendi*), buscando soluções rápidas e resultados ajustados às necessidades administrativas. A licitação é um procedimento burocrático por natureza e, por isso mesmo, demanda dos administradores o maior esforço possível para que ela possa realmente alcançar sua finalidade, qual seja a seleção da melhor proposta.
- b) Leva em consideração os meios a serem adotados para que o objetivo da licitação seja alcançado. Tais meios, quando postos à disposição do administrador, não podem ser postergados, eis que necessários para a obtenção do melhor resultado. Assim, por exemplo, se determinada situação permite a contratação direta sem ofensa às normas legais, desnecessário realizar a licitação – nesse caso, um meio mais demorado para o fim colimado.
- c) Permeia todo o Direito Administrativo e seus institutos. Não é difícil explicar o motivo. Como envolve as relações jurídicas entre o Estado e os indivíduos em geral, o alvo dessas relações não pode deixar de ser o interesse público, assim considerado como o interesse da sociedade. Embora os indivíduos integrem necessariamente o grupo social, o certo é que há de se alvejar o sentido coletivo, que, por ser coletivo, deve sobrelevar ao interesse individual.
- d) Consiste na referência expressa às razões que justificaram atos e decisões administrativas. Sem que haja clara justificativa, o administrado passa a situar-se numa esfera de incerteza e não raras vezes se torna suscetível de condutas arbitrárias por parte de maus administradores.

### **QUESTÃO 37**

Ana, servidora pública federal, recebeu solicitação para aquisição de produto que custa R\$ 59.999,99 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) por meio de dispensa de licitação, amparada no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021. Ao consultar a referida lei, Ana constatou a atual vigência do Decreto nº 12.807/2025 que atualizou os valores estabelecidos no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Diante do caso, considerando que a escolha da dispensa de licitação depende somente do enquadramento ou não do valor do produto ao limite legal, qual deverá ser a correta manifestação de Ana?

- a) A contratação não poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação porque o valor de R\$ 59.999,99 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) ultrapassou o limite previsto, que é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- b) A contratação poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação porque o valor de R\$ 59.999,99 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) está dentro do limite previsto, que é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
- c) A contratação não poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação porque o valor de R\$ 59.999,99 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) ultrapassou o limite previsto, que é de R\$ 52.725,59 (cinquenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
- d) A contratação poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação porque o valor de R\$ 59.999,99 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) está dentro do limite previsto, que é de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

### **QUESTÃO 38**

No dia 12 de fevereiro de 2026, a Universidade Federal de Alfenas recebeu a visita do então ministro da Educação, Camilo Santana, para participar da cerimônia de inauguração de espaços acadêmicos da instituição.

Posteriormente, foi redigido um ofício de agradecimento pelo comparecimento do ministro. Sandra, assessora da reitoria, foi a responsável pela redação do documento.

Conforme dispõe o Manual de Redação da Presidência da República, 3ª edição, 2018, Sandra utilizou adequadamente qual tipo de expediente?

- a) Ofício.
- b) Memorando.
- c) Carta de agradecimento.
- d) Carta Régia (caráter diplomático).

### **QUESTÃO 39**

Joaquim, servidor público de autarquia federal, ao realizar a publicação de um edital de licitação, ficou em dúvida se também deveria publicar o edital de licitação no sítio eletrônico da autarquia responsável pela licitação. Marta, sua chefia imediata, conhecedora da Lei nº 14.133/2021, informou corretamente a ele que:

- a) É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial da autarquia responsável pela licitação.
- b) É obrigatória a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial da autarquia responsável pela licitação.
- c) É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial da autarquia responsável pela licitação se o valor for de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- d) É obrigatória a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial da autarquia responsável pela licitação se o objeto licitado for obra ou serviço de engenharia.

### **QUESTÃO 40**

Analise as assertivas a seguir considerando o espectro das competências gerenciais requeridas de um gestor público em posição de liderança.

- I. Orientação para resultados, por meio da melhor utilização de recursos em busca dos fins institucionais.
- II. Envolvimento com as pessoas e equipes, incluindo a capacidade de dirigir e motivar.
- III. Domínio técnico especializado na área de atuação, condição essencial ao exercício da função gerencial.
- IV. Integração com outras organizações, mediante a negociação de relações com demais entes.

Estão corretas as assertivas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I e II apenas.
- c) I, II e III apenas.
- d) I, II e IV apenas.

### **QUESTÃO 41**

Determinado edital de licitação, cujo objeto era aquisição de produto, previu exigência de garantia contratual nas seguintes modalidades:

- I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- IV. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Sabe-se que o contratado poderá apresentar 1 (uma) das referidas garantias previstas no edital. A empresa vencedora do certame apresentou a modalidade IV. Contudo, Pedro, servidor público da instituição, responsável pela análise da garantia apresentada, recusou a garantia IV, alegando que caberia à instituição indicar qual garantia entre as modalidades previstas seria a exigida. Argumentou ainda que, embora o edital fosse omissivo em relação a qual modalidade seria a exigida, a escolha ainda seria feita pela instituição, conforme art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Diante da situação, a manifestação de Pedro é:

- a) Equivocada: no presente caso, caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia previstas no edital de licitação.
- b) Equivocada: no presente caso, caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia previstas no edital de licitação, ainda que contrário à previsão legal.
- c) Correta: no presente caso, caberá à instituição optar por uma das modalidades de garantia previstas no edital de licitação, em razão de expressa previsão legal.
- d) Correta: no presente caso, caberá à instituição optar por uma das modalidades de garantia previstas no edital de licitação, em razão da supremacia do interesse público.

### **QUESTÃO 42**

Acerca das diferenças conceituais entre a gestão de pessoas tradicional e a gestão por competências no serviço público, é inadequado afirmar que:

- a) Enquanto a gestão tradicional tem o cargo como eixo central, a gestão por competências desloca o foco para a pessoa.
- b) Na perspectiva tradicional, o referencial de gestão são as atribuições do cargo.
- c) A gestão por competências acentua uma perspectiva dinâmica, sistêmica, fluida e orgânica.
- d) Ao contrário da gestão tradicional, a gestão por competências orienta-se para o formalístico.

### **QUESTÃO 43**

A respeito da gestão por competências no serviço público, analise as assertivas a seguir.

- I. A gestão por competências enfoca as pessoas e suas competências, buscando identificá-las, ampliá-las e colocá-las em ação orientada para o interesse público.
- II. A gestão por competências tem como finalidade essencial orientar as políticas de desenvolvimento e de colocação de pessoas, operando de forma independente das demais políticas e práticas de gestão.
- III. A rigidez dos sistemas de recrutamento, seleção e colocação de servidores é um dos fatores que reduz a relevância da gestão por competências no setor público, uma vez que limita a mobilidade dos servidores.

Estão corretas as assertivas:

- a) I apenas.
- b) I e II apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I, II e III estão corretas.

### **QUESTÃO 44**

Os princípios constitucionais expressos no art. 37, da Constituição Federal de 1988, não surgiram todos ao mesmo tempo nem possuem a mesma vinculação histórica com os modelos de administração pública.

Considerando a evolução dos modelos administrativos brasileiros, é inadequado afirmar que:

- a) A legalidade e a impessoalidade são princípios cuja ênfase se identifica primordialmente com o modelo burocrático, pois visam combater as práticas de nepotismo e de confusão entre o patrimônio público e o privado, típicas do patrimonialismo.
- b) A eficiência é o princípio que expressa a influência do modelo gerencial, que desloca o foco do controle de processos para o controle por resultados.
- c) A impessoalidade, apesar de ser um princípio associado ao modelo burocrático, perdeu relevância com a consolidação do modelo gerencial, uma vez que este privilegia a autonomia do gestor e a flexibilização dos controles administrativos em detrimento da padronização e da neutralidade no trato com o cidadão.
- d) A publicidade, embora oriunda do modelo burocrático, foi reforçada pelo modelo gerencial na medida em que a transparência passou a ser entendida como instrumento de controle social e de legitimação institucional perante o cidadão, e não apenas como exigência formal de divulgação dos atos administrativos.

#### **QUESTÃO 45**

Quanto aos níveis de planejamento organizacional e às instâncias a que lhes correspondem no setor público, é correto afirmar que:

- a) O planejamento estratégico é desdobrado diretamente no nível operacional, sem necessidade de mediação pelo nível tático, desde que os objetivos organizacionais estejam claramente definidos.
- b) A gestão operacional é responsável pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio, sendo exercida tipicamente por gerentes, supervisores e chefes, em nível de curto prazo.
- c) A gestão tática ocupa-se exclusivamente da execução dos processos produtivos, diferindo da gestão estratégica apenas pelo grau de detalhamento das atividades realizadas.
- d) O planejamento tático é de responsabilidade da alta administração e se ocupa do estabelecimento de políticas e objetivos globais da organização, com horizonte de longo prazo.

#### **QUESTÃO 46**

Com base nos fundamentos do planejamento estratégico aplicado às organizações públicas, é inadequado afirmar que:

- a) O planejamento estratégico, por sua natureza prospectiva e de longo prazo, dispensa a integração com a gestão de riscos durante sua fase de execução, restringindo-se essa integração ao momento de formulação da estratégia.
- b) A liderança da organização é responsável pelo direcionamento estratégico e pelo monitoramento de sua execução, devendo avaliar periodicamente a adequação da estratégia por meio da mensuração do desempenho organizacional.
- c) A estratégia deve ser desdobrada para as demais unidades organizacionais, de forma que os objetivos estratégicos sejam traduzidos em objetivos, indicadores e metas para as áreas responsáveis, monitorando-se e avaliando-se sua execução.
- d) Para estabelecer sua estratégia, a organização deve partir da missão institucional, da visão de futuro e da análise dos ambientes interno e externo, compreendendo os tipos de riscos aos quais está exposta e estabelecendo limites aceitáveis de exposição.

### QUESTÃO 47

Acerca da governança pública organizacional, é inadequado afirmar que:

- a) O propósito da governança não é a criação de mais controles e burocracia, mas a melhoria do desempenho da organização para a geração de valor, provendo formas de descobrir oportunidades de remover controles desnecessários que se tornem empecilhos à entrega de resultados.
- b) São princípios da governança pública: capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, e transparência.
- c) A governança pública organizacional compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
- d) Governança e gestão são conceitos equivalentes: ambas se ocupam de planejar, executar e controlar as atividades da organização, diferenciando-se apenas pelo nível hierárquico em que são exercidas.

### QUESTÃO 48

Analise as assertivas abaixo sobre *accountability* no setor público.

- I. A promoção da transparência é suficiente para garantir a *accountability*, uma vez que o acesso à informação assegura a responsabilização dos agentes públicos.
- II. A *accountability* compreende dois elementos indissociáveis: a prestação de contas - pela qual os responsáveis informam e justificam suas decisões sobre a gestão dos recursos públicos - e a responsabilização, que decorre da competência recebida para gerir tais recursos.
- III. A transparência figura como princípio da governança pública ao lado de capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade.

Estão corretas as assertivas:

- a) I apenas.
- b) I e II apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I, II e III estão corretas.

### **QUESTÃO 49**

Sobre gestão de riscos no setor público, é correto afirmar que:

- a) A gestão de riscos estrutura-se, de modo geral, em três etapas: identificação, avaliação e gerenciamento, aplicadas de forma integrada ao planejamento institucional.
- b) Por ser um processo de natureza eventual, a gestão de riscos deve ser acionada apenas quando a alta administração identificar ameaças concretas ao funcionamento da organização, evitando custos desnecessários em períodos de estabilidade institucional.
- c) A implementação de controles internos, fundamentados na gestão de riscos, tem como foco principal a aplicação de processos sancionadores, de modo a responsabilizar os agentes públicos por eventuais desvios identificados.
- d) A responsabilidade pela gestão de riscos recai exclusivamente sobre as unidades de auditoria interna, cabendo à alta administração apenas receber e homologar os relatórios produzidos por essas unidades.

### **QUESTÃO 50**

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o principal instrumento de planejamento das Instituições de Ensino Superior. Com base no PDI 2026-2030 da UNIFAL-MG e em seu modelo de monitoramento, é inadequado afirmar que:

- a) O monitoramento do PDI na UNIFAL-MG é realizado por meio da plataforma ForPDI, ferramenta desenvolvida pela própria universidade que permite o acompanhamento em tempo real da execução do plano, com os resultados anuais sendo consolidados nos Relatórios dos Planos de Ações.
- b) Por se tratar de instrumento de natureza acadêmica, o PDI da UNIFAL-MG não contempla dimensões relacionadas à gestão financeira, orçamentária e de infraestrutura, as quais são objeto de planos administrativos de natureza tática.
- c) Os Planos de Ações anuais vinculados ao PDI constituem o desdobramento operacional da estratégia institucional, traduzindo os objetivos de longo prazo em ações concretas com prazos e responsáveis definidos, conectando o nível estratégico ao operacional.
- d) O PDI é um documento de natureza estratégica e institucional, que articula políticas e projetos da universidade em consonância com sua identidade, missão, visão de futuro e valores, expressando os compromissos assumidos com a sociedade para os anos de sua vigência.